



CERTIDÃO DA ATA DA LEGISLATURA 2025/2028
57ª SESSÃO ORDINÁRIA EM ATA DIGITAL

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, pontualmente às 14:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, sito à Rua Manoel Pires nº 471, José Geraldo da Cruz, reúne-se em Sessão Ordinária na Câmara Municipal desta urbe, sob a Presidência do Vereador Felipe Mikael Vasques Monteiro (PSD), juntamente com os demais edis e servidores da Casa, invoca a proteção de Deus e as bênçãos do Padre Cícero declaro aberta a segunda Sessão Ordinária deste dia, informo aos Senhores Vereadores que as presenças estão sendo registradas pelo o Sistema Eletrônico ficando aberta as inscrições para os requerimentos verbais e autorizou o Segundo Secretário fazer a chamada pela ordens de inscrições de fala pelo os três minutos se pronunciaram os seguintes Vereadores, Professora PG, se manifestou acerca das queimadas ocorridas no município de Juazeiro do Norte e na região, com destaque para os focos no Horto e na Chapada do Araripe. Foi informado que o Corpo de Bombeiros vem atuando desde o dia anterior no combate ao fogo. Alertou-se para os prejuízos ambientais e riscos à saúde, especialmente de crianças e idosos, provocados pela fumaça. Reforçou-se o pedido de conscientização da população e sugeriu-se a elaboração de um plano estratégico integrado entre o poder público e as forças de segurança para enfrentamento das queimadas. O vereador Lukão relatou um episódio ocorrido durante a audiência pública de prestação de contas da Prefeitura, classificando o fato como um "absurdo". Informou que, ao solicitar informações à Secretaria de Saúde referentes à lista de pacientes que vieram a óbito aguardando leitos de UTI em Juazeiro do Norte, o secretário da pasta negou o envio dos dados, alegando orientação do setor jurídico e necessidade de autorização do Ministério Público. O vereador destacou que o pedido foi formalizado desde fevereiro, com reiteradas solicitações feitas também pelo presidente da Casa, sem que houvesse resposta. Citou dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei de Responsabilidade Fiscal, reafirmando o direito dos vereadores de fiscalizar os atos do Executivo e de ter acesso às informações públicas. Diante da recusa do secretário, o vereador Presidente, solicitou que a assessoria jurídica da Câmara elabore uma representação junto ao Ministério Público, Promotoria de Saúde, para apuração do motivo da negativa e adoção das medidas cabíveis. Também pediu o agendamento de reunião com a promotora Dra. Alessandra para tratar do assunto. Ainda sobre o tema O vereador Capitão Vieira, manifestou apoio ao colega, ressaltando que o episódio demonstra o desrespeito da gestão municipal com o Poder Legislativo. Afirmou que a negativa de informações a um vereador durante uma audiência pública configura crime de responsabilidade por parte do secretário, a quem qualificou como "submisso às ordens do prefeito". O parlamentar criticou a falta de transparência da gestão e a omissão em repassar dados solicitados pela Câmara, mencionando situações semelhantes ocorridas com a Previjuno. (Previdência Municipal) Defendeu a instauração imediata da CPI da Saúde, argumentando que não se pode admitir

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790
177351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:047901773
51



que secretários descumpram o dever de prestar contas à sociedade e ao Legislativo. Segundo ele, a gestão municipal, que se apresenta como transparente, tem se mostrado “mentirosa, vergonhosa e covarde”, ao negar informações e gastar recursos públicos em publicidade para sustentar uma imagem de transparência que, na prática, não existe. Ainda pela palavra o Vereador Lukão, O Vereador Lucão informou que haverá, nesta quinta-feira, às 9h, uma audiência pública com o Ministério Público na Câmara Municipal, destacando a importância de apresentar, durante o encontro, a dificuldade que os vereadores têm enfrentado para obter informações da Prefeitura, especialmente na área da saúde. O parlamentar relatou que a própria promotora de Justiça afirmou ter tido pedidos de dados negados pela gestão municipal, o que representa, segundo ele, uma falta de respeito não apenas com o Poder Legislativo, mas também com o Ministério Público. Lucão questionou como os vereadores podem exercer o papel de fiscalização sem acesso às informações e documentos necessários, criticando o argumento utilizado pela Prefeitura de que a Lei de Acesso à Informação ou a LGPD impediriam o compartilhamento dos dados. O vereador defendeu que o Legislativo tem direito constitucional ao acesso às informações públicas, ressaltando que os documentos solicitados seriam analisados de forma responsável e, se necessário, encaminhados ao Ministério Público. Por fim, solicitou que se apure a responsabilidade da assessoria jurídica da Prefeitura nesse impedimento e reforçou o convite para que todos os vereadores participem da reunião com o Ministério Público, a fim de tratar das irregularidades e dificuldades relacionadas à transparência da gestão, principalmente no âmbito da saúde municipal. A Vereadora Rita Monteiro solicitou que ficasse registrado nos anais desta Casa que esteve recentemente em Fortaleza, onde, por intermédio do deputado Felipe Aguiar, conseguiu a destinação de uma emenda parlamentar para a construção de uma praça na área conhecida como Lixão, localizada atrás da Escola Pelusio Corrêa de Macedo e do EMEI Joana Tertulina, no bairro Santo Antônio. A parlamentar informou que, na data de hoje, conversou com a secretária Carolina Biró, a quem solicitou informações sobre o andamento dessa emenda, uma vez que os recursos já chegaram à Prefeitura. A secretária, segundo relatou, marcou uma reunião para a quinta-feira à tarde, a fim de tratar especificamente sobre o projeto. A Vereadora destacou a importância da iniciativa para a comunidade do bairro Santo Antônio, ressaltando que o espaço, atualmente degradado, será transformado em uma área de convivência e lazer para os moradores. Concluiu afirmando estar ansiosa por esse momento e comprometeu-se a repassar todos os detalhes à comunidade após a referida reunião. O Vereador Capitão Vieira fez uso da palavra informando que centenas de cidades em todo o Brasil já adotaram a política do Tarifa Zero, inclusive no Estado do Ceará, como nos municípios de Caucaia, Aquiraz e Eusébio. Destacou que milhares de pessoas saem de suas casas diariamente para trabalhar e necessitam de um transporte público de qualidade, ressaltando que o preço da passagem tem pesado de forma significativa no orçamento das famílias. O parlamentar afirmou ser fundamental que a Câmara Municipal de Juazeiro do Norte aprofunde o debate sobre o tema, tendo em vista a importância social e econômica da proposta. Enfatizou que “pensar grande leva a conquistas para as pessoas” e que o município

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:0479017
7351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:04790177351



precisa avançar com coragem em iniciativas que beneficiem diretamente a população. Na oportunidade, o vereador parabenizou o Deputado Federal Yuri do Paredão, parceiro na elaboração de um projeto que apresenta a viabilidade da implantação da Tarifa Zero no transporte público de Juazeiro do Norte, destacando que a proposta representa um passo importante em favor da mobilidade urbana e da inclusão social. Em suas palavras, o vereador registrou: “Capitão, eu quero lhe parabenizar por abraçar esse projeto. Tenho certeza de que ele fará uma grande diferença na vida do povo de Juazeiro do Norte. Estamos juntos. Conte com o nosso apoio, deputado. Parabéns pela iniciativa, por ser um filho de Juazeiro que pensa na sua terra e nos nossos municípios.” O Vereador também fez menção ao fato de que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou à sua equipe a realização de estudos para a implantação do Tarifa Zero em todo o país, reforçando a relevância e atualidade do tema. Informou ainda que o Poder Executivo Municipal já destina aproximadamente R\$ 7 milhões em subsídios à empresa concessionária do transporte público, o que demonstra, segundo ele, que o município já sinaliza uma viabilidade orçamentária entre R\$ 7 e R\$ 8 milhões para a implantação gradual da Tarifa Zero. O parlamentar defendeu a necessidade de buscar parcerias com o Governo do Estado, o Congresso Nacional e o Governo Federal, visando garantir os subsídios necessários para que o transporte público gratuito se torne realidade em Juazeiro do Norte. Por fim, o Vereador solicitou ao Presidente desta Casa que, com sua liderança, promova uma audiência pública para discutir a viabilidade da isenção tarifária, convidando representantes do Governo do Estado, do Congresso Nacional e o Deputado Yuri do Paredão, a fim de que o debate seja realizado de forma ampla e participativa. O Vereador Presidente Felipe Vasques, solicitou à assessoria da Casa que, o quanto antes, seja realizada a marcação da audiência pública no viés requerido pelo Vereador Capitão Vieira, a fim de discutir a viabilidade econômica do projeto da Tarifa Zero. Em seguida, O Vereador Vinícius Duarte ressaltou, inicialmente, a importância da audiência pública que será realizada no dia seguinte, junto ao Ministério Público, destacando tratar-se de uma iniciativa relevante, fruto da articulação do Presidente e do Vereador Felipe Vasques, informou que tomou conhecimento do evento por meio da chefia de gabinete da Presidência e, reconhecendo sua importância, manifestou satisfação e confirmou presença, ressaltando que levará as reivindicações e pedidos da população, buscando os devidos esclarecimentos. Na sequência, o parlamentar relatou ação de fiscalização realizada na noite anterior, juntamente com o Vereador Boas, no Hospital Maria Amélia, motivada pela constatação de superlotação em curto espaço de tempo. Informou que ambos foram ao local, conversaram com o diretor Giulian que, embora não estivesse presente, os atendeu prontamente por telefone — e apresentaram as reivindicações necessárias, as quais foram prontamente atendidas. Relatou que, no momento da visita, havia mães aguardando por horas com seus filhos para receber atendimento médico. Após a intervenção, a equipe gestora ampliou o número de médicos, que inicialmente era de três, passando para quatro e, posteriormente, para cinco médicos distribuídos em cinco consultórios. Também foi reforçada a equipe de triagem, que contava com apenas uma



peessoa, sendo incluída mais uma profissional, o que agilizou significativamente o atendimento. O Vereador informou que, cerca de trinta a quarenta minutos após a fiscalização, já havia comprovação, inclusive por meio de registros fotográficos, da melhora na fluidez do atendimento. Destacou que a ação não teve cunho midiático, político ou de polarização, mas sim o propósito de agregar valor e oferecer soluções concretas à população, especialmente às mães, pais e crianças atendidos na unidade. Encerrando seu pronunciamento, o Vereador Vinícius Duarte agradeceu a atenção e a colaboração da equipe do hospital, enfatizando sua satisfação em perceber que o trabalho parlamentar pode gerar resultados efetivos e melhorias reais na vida das pessoas. Reafirmou seu compromisso de seguir firme na luta por uma Juazeiro do Norte melhor, com ações voltadas à qualidade de vida e ao bem-estar coletivo. O Vereador Boaz do Bolsonaro fez uso da palavra, afirmando que os vereadores têm hoje a incumbência de tratar de um tema de grande relevância social, que afeta diretamente inúmeras famílias do Cariri: o elevado custo das mensalidades do curso de Medicina ofertado no município de Juazeiro do Norte. Segundo o parlamentar, trata-se de uma situação que considera “um assalto autorizado, um assalto legalizado”, tendo em vista os valores excessivos cobrados pela instituição responsável pelo curso, atualmente gerenciado pela empresa IDOMED, uma multinacional que possui ações na Bolsa de Valores e atua com fins eminentemente lucrativos. Ressaltou que, embora a empresa ofereça um serviço de qualidade reconhecida, o preço praticado é extremamente abusivo, prejudicando estudantes de Juazeiro do Norte, da região do Cariri e de estados vizinhos. Informou que, em 2025, a mensalidade gira em torno de R\$ 13.200,00, com previsão de aumento para aproximadamente R\$ 15.000,00 no próximo ano, o que classificou como “um completo absurdo”. Comparando com outras instituições de renome, o vereador citou que, na Universidade de Fortaleza (Unifor), o valor da mensalidade é de cerca de R\$ 9.000,00, e em Cajazeiras, também em torno de R\$ 9.000,00, ambas com infraestrutura moderna e corpo docente qualificado. Já em Juazeiro do Norte, afirmou que o campus da IDOMED apresenta estrutura ultrapassada, professores mal remunerados o que causa alta rotatividade e servidores perseguidos quando denunciam irregularidades. Acrescentou que a instituição chega a reunir até 80 alunos por sala, utilizando auditórios improvisados como salas de aula, com o objetivo de maximizar o lucro. Destacou ainda que a falta de segurança é alarmante, permitindo inclusive o livre acesso de pessoas estranhas às dependências. Conforme salientou, atualmente são cerca de 700 alunos matriculados, o que representa uma arrecadação mensal aproximada de R\$ 10 milhões, valor que, segundo ele, “vai para o Rio de Janeiro, enquanto os estudantes locais recebem um serviço precário”. O vereador finalizou afirmando que o tema será amplamente debatido nesta Casa, com a presença de estudantes da instituição, e que fará questão de dar repercussão ao caso. Em seguida o Senhor Presidente, autorizou a leitura das correspondências recebidas destinadas a Mesa Diretora, A Câmara Municipal de Juazeiro do Norte convida a toda a população para participar da Audiência Pública que será realizada no dia 8 de outubro de 2025, a partir das 9 horas, no Plenário Presidente. O evento contará com a participação da Doutora Yanny Brena e abordará



o tema: "Saúde Pública no Município de Juazeiro do Norte". Esta audiência pública é promovida pela Presidência da Câmara Municipal, em conjunto com o Ministério Público do Estado do Ceará. Convidamos todos os representantes da sociedade civil a participarem deste importante momento de debate e esclarecimento. Seminário Legislativo do Estado do Ceará – Regional Cariri, A Câmara Municipal, por intermédio da Unipace – Escola Superior do Parlamento Cearense, convida vossas senhorias para participar do Seminário Regional das Escolas Legislativas – Cariri, que será realizado nos dias 9 e 10 de outubro de 2025, no Município de Juazeiro do Norte. O seminário contará com formações oficiais sobre gestão pública, educação, saúde, inclusão e participação política, com o objetivo de fortalecer os parlamentos municipais e a interiorização da formação cidadã. A solenidade de encerramento ocorrerá no dia 10 de outubro, às 8 horas, no Auditório Vereador Amarildo Pequeno, na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. O Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da ENEL, Vereador José Lucas Alves Ferreira, no uso de suas atribuições regimentais, comunica aos membros da comissão, demais vereadores e à população juazeirense que: Considerando a decisão judicial que reduziu o repasse do duodécimo destinado ao Poder Legislativo, ocasionando ajustes administrativos e operacionais na Câmara Municipal; Considerando que tais medidas, previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, resultaram na redução temporária das atividades legislativas e na organização do calendário de sessões ordinárias, conforme o Ato nº 10, de 6 de outubro de 2025; Considerando a importância de garantir regularidade processual, transparência e continuidade dos trabalhos da CPI da ENEL, sem prejuízo das garantias regimentais e legais; Fica suspenso o prazo dos trabalhos da CPI da ENEL pelo período de 10 (dez) dias corridos, compreendido entre os dias 3 e 13 de outubro de 2025, com fundamento no Ato da Mesa nº 10, de 6 de outubro de 2025. Os prazos regimentais da CPI serão retomados no dia 14 de outubro de 2025, com o prosseguimento normal das atividades e diligências previamente agendadas. Dá-se ciência aos membros da Comissão, à Secretaria Legislativa desta Casa e à Presidência da Câmara Municipal. Juazeiro do Norte, 06 outubro de 2025 Vereador-Presidente da CPI DA ENEL, José Lucas Alves Ferreira (Lucão), dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente autoriza a leitura do Ato, ATO DA Mesa Nº 10, de 6 de Outubro De 2025 Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Objeto: Alteração temporária do horário e da quantidade de sessões ordinárias, em razão de decisão judicial que reduziu o repasse do duodécimo do Poder Legislativo. Considerando: A decisão judicial que determinou a redução do repasse do duodécimo ao Poder Legislativo;

O limite máximo de 70% do duodécimo para despesas com pessoal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); A necessidade de ajustes administrativos, exonerações e alterações operacionais; A Resolução nº 1428/2025, que permite redução de sessões em casos excepcionais. Resolve: Art. 1º – Fica alterado temporariamente o funcionamento das sessões ordinárias, que passarão a ocorrer às terças-feiras, a partir das 14h, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2025. Art. 2º – Permanecem inalteradas as demais disposições regimentais relativas à tramitação de

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:0479017
7351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:04790177351



matérias legislativas, deliberações plenárias e funcionamento das comissões permanentes. Art. 3º – Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio Dr. Floro Bartolomeu, 6 de outubro de 2025. Autorizo a leitura das matérias recebidas e as devolvidas das Comissões permanentes, Mensagem nº 192/2025, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Glêdson Lima Bezerra, encaminhada com pedido de urgência, submete à apreciação da Câmara Municipal o Projeto de Lei que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências. Mensagem nº 193/2025, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Glêdson Lima Bezerra, também encaminhada com pedido de urgência, submete à análise desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar instrumentos de permissão de uso de bem público, a título gratuito e pelo prazo de 10 (dez) anos, em favor da Fundação Terra, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Alfredo de Sousa Padilha, bairro São Cristóvão, nesta cidade, e dá outras providências. Projeto de Lei, de autoria do Vereador Willian do São Bazílio, reconhece como de utilidade pública a Associação Futebol pela Paz – FPP e dá outras providências. Projeto de Lei, de autoria do Vereador Capitão Antônio Vieira Neto, institui o Programa Municipal de Incentivo ao Uso do Transporte Público Coletivo por Ônibus e autoriza a implementação da Tarifa Zero no serviço de transporte público coletivo por ônibus no Município de Juazeiro do Norte, e dá outras providências, com justificativa anexa. Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora, altera o texto da Lei Municipal nº 4.033, de 27 de dezembro de 2015, modificando o Anexo II e suprimindo o §3º do art. 5º, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Cleílson Móveis, dispõe sobre a iluminação especial da Câmara Municipal na cor rosa durante o mês de outubro, em alusão à campanha Outubro Rosa, e dá outras providências. Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Alexandre Sobreira, dispõe sobre a concessão de isenção parcial de até 30% do pagamento do IPTU às residências que plantarem e cultivarem árvores que tragam benefício ao meio ambiente, e dá outras providências. Projeto de Lei, de autoria da Vereadora Rita Monteiro, institui o Programa de Apoio Psicossocial ao Professor da Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências. Projetos com Parecer Favorável das Comissões Permanentes Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e Comissão de Orçamento e Finanças: Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Willian do São Bazílio (Bilinha), dispõe sobre o sistema de bônus pecuniário aos guardas municipais pela apreensão de armas e munições, com parecer favorável. Projeto de Indicação, também de autoria do Vereador Bilinha, autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento do IPTU urbano imóveis de propriedade ou usufruto de aposentados ou pensionistas, com parecer favorável da CCJ e Comissão de Saúde: Projeto de Lei, de autoria da Vereadora Rita Monteiro, dispõe sobre o Programa de Acompanhamento Integral dos Alunos com Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDH), demais transtornos de aprendizagem, e com déficits visuais e auditivos, com parecer favorável. Projeto de Lei, de autoria conjunta da Vereadora Rita Monteiro e do Vereador Raimundo Júnior, dispõe sobre a criação da Sala Lilás nas unidades

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:047901
77351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:0479017735
1



de urgência e emergência do Município, com parecer favorável. Projeto de Lei, de autoria da Vereadora Jaqueline de Gouveia, institui o Programa de Saúde Mental nas Escolas da Rede Pública Municipal, a ser desenvolvido de forma intersetorial entre as Secretarias de Educação e de Saúde, com parecer favorável. Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Bilinha, dispõe sobre a criação do Projeto de Terapia Online para a População no âmbito do Município de Juazeiro do Norte, com parecer favorável da CCJ e Comissão de Orçamento: Projeto de Indicação, de autoria da Vereadora Auricélia Bezerra, institui a Bolsa Quadrilheira no Município de Juazeiro do Norte, destinada a participantes de grupos juninos, como incentivo cultural e auxílio financeiro, com parecer favorável. Projeto de Lei, de autoria da Vereadora Rita Monteiro, institui a Carteira de Identificação do Paciente Oncológico, com parecer favorável. Projeto de Lei, também de autoria da Vereadora Rita Monteiro, declara a árvore Juazeiro (Juá) como patrimônio natural e cultural e árvore símbolo do Município de Juazeiro do Norte, com parecer favorável. Projeto de Lei, da mesma autora, institui o Programa "Bolsa Rápida" no atendimento de pacientes ostomizados da rede municipal de saúde e das unidades conveniadas, com parecer favorável. Projeto de Lei, ainda de autoria da Vereadora Rita Monteiro, institui o Programa Permanente de Acompanhamento, Sensibilização, Informação e Incentivo à Vacinação, com parecer favorável da CCJ e demais comissões competentes: Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Chagas Moura, indica ao Poder Executivo Municipal a criação de brinquedo praças para crianças de 2 a 12 anos em praças públicas do município, com brinquedos seguros, sinalização de responsabilidade parental e em conformidade com normas de segurança, com parecer favorável. Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora, altera novamente a Lei Municipal nº 4.033/2015, suprimindo o §3º do artigo 5º e modificando o Anexo II, relativo ao Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores da Câmara Municipal, com parecer favorável. Projeto de Indicação, de autoria da Vereadora Professora PG, dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas municipais para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com parecer favorável. Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Vinícius Duarte, que dispõe sobre a isenção do pagamento do IPTU para mães solteiras em situação de vulnerabilidade social no Município de Juazeiro do Norte, com parecer favorável das comissões competentes. Projeto de Lei, de autoria do Vereador Boaz do Bolsonaro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino para atendimento a estudantes com Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) e dá outras providências, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Educação. Projeto de Indicação, de autoria da Vereadora Rita Monteiro, que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 2007/2004, de 1º de abril de 2004, com parecer favorável das comissões competentes. Projeto de Lei, também de autoria da Vereadora Rita Monteiro, que institui o Programa "Balcão do Emprego" no Município de Juazeiro do Norte, com parecer favorável. Projeto de Lei, de autoria da Vereadora Ivaniza Pereira, que institui, no âmbito do Município de Juazeiro do Norte, a realização anual da campanha "Escolas pela Vida", em alusão ao Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, com parecer favorável da CCJ e da Comissão de Educação. Projeto de



Lei, de autoria do Vereador Raimundo Júnior, que institui o Programa Municipal “Academia para Todos” e dispõe sobre parcerias com academias privadas para promoção da saúde no Município de Juazeiro do Norte, com parecer favorável da CCJ e da Comissão de Saúde. Projeto de Lei, de autoria do Vereador Barbosa Neto, que autoriza o Poder Executivo Municipal a implementar cartilhas de aprendizagem de primeiros socorros nas Unidades Básicas de Saúde, hospitais e maternidades, integrando as atividades dos agentes comunitários de saúde, instituindo o Projeto “Maternidade Mais Segura”, e adotando outras providências, com parecer favorável da CCJ e da Comissão de Saúde. Projeto de Lei, de autoria da Vereadora Auricélia Bezerra, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de aulas de Educação Física no currículo do Ensino Fundamental-I nas escolas da Rede Pública Municipal de Juazeiro do Norte, com parecer favorável da Comissão de Justiça e Educação. Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Alexandre Sobreira, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos para provimento de cargos ou empregos na Administração Pública Municipal de Juazeiro do Norte aos doadores de leite materno. Finalizadas as leituras das proposições, das matérias recebidas e encaminhadas às Comissões Permanentes, bem como das matérias devolvidas, o Senhor Presidente colocou em pauta a Ordem do Dia. Em seguida, autorizou a Terceira Secretária a proceder com a chamada dos vereadores, conforme a ordem de inscrição, para apresentação dos requerimentos verbais. Concluídas as apresentações, o Senhor Presidente autorizou a Secretaria da Casa a encaminhar os requerimentos aos seus devidos destinatários. Passemos os trabalhos para ordem do dia, autorizo o segundo secretário fazer a verificação de quórum estando presente os seguintes edis: Felipe Vasques, Cicinho Cabeleireiro, Rafael Cearense, Jacqueline Gouveia, Alexandre Sobreira, Chagas Moura, Auricélia Bezerra, Boaz Bolsonaro, Cleilson Móveis, Rita Monteiro, Julián Carlos, Raimundo Júnior, Bilinha, Vinícius Duarte, Badu, Professora PG, Vandinho Pereira, Lucão, Ivanizia Pereira, Capitão Vieira, Barbosa Neto, (justificou sua ausência), em seguida o Senhor Presidente autorizou a leitura das matérias na pauta para discussão e posterior votação, Neste momento, deu-se início à apreciação dos vetos encaminhados pelo Poder Executivo. Ressaltou-se que a votação ocorrerá em escrutínio secreto. O Senhor Presidente autorizou a leitura dos vetos constantes na pauta, para fins de discussão e posterior votação, Veto nº 49, de 4 de agosto de 2025, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Glêdson Lima Bezerra, encaminhou a esta Colenda Casa de Leis as razões do veto exarado às emendas supressivas apresentadas ao Projeto de Lei em referência, de iniciativa deste Poder Legislativo. O referido veto trata das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências. Ressalte-se que as emendas suprimidas são de autoria das comissões permanentes desta Casa Legislativa. Veto em discussão. Discutiram a matéria os edis, Lukão, Rafael Cearense, Capitão Vieira, o veto foi colocado em votação. Veto derrubado por 12 votos contrários e 7 favoráveis a sua manutenção, próxima matéria na pauta, Veto nº 47 – “Esse veto trata sobre o Alvará Expresso. Informo que o referido veto foi previamente discutido por esta Presidência juntamente com o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Glêdson Lima Bezerra, e com a equipe técnica,

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177
351

Assinado de forma digital
por FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177351



ocasião em que ficou acordado que o artigo seria vetado para que o tema fosse posteriormente debatido no Plano Diretor Municipal (PDM). Portanto, trata-se de um veto já dialogado com o próprio prefeito. Solicito que sejam conferidas as cédulas e autorizo o início da votação.” Veto mantido por 16 votos favoráveis, e 4 votos contrários, Próxima matéria, Veto nº 48, de 25 de junho de 2025, O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Glêdson Lima Bezerra, encaminhou a esta Colenda Casa de Leis as razões do veto exarado ao Projeto de Lei que acrescenta o §3º ao artigo 364 da Lei Complementar nº 93, de 20 de dezembro de 2013, que institui o novo Código Tributário do Município de Juazeiro do Norte. O referido projeto é de autoria da vereadora Auricélia Bezerra. O Senhor Presidente informou aos presentes que a matéria estava apta a ser apreciada e colocou o veto em discussão, o vereador Capitão Vieira fez uso da palavra, afirmando: “Senhor Presidente, essa matéria que está sendo vetada, de autoria da vereadora Auricélia, é uma matéria importante para a população de Juazeiro do Norte. Por que ajuda as pessoas mais carentes” O Vereador Lukão, a intenção da Vereadora é boa, mas é um projeto inconstitucional. Em seguida o Veto submetido a votação sendo mantido por 12 votos favoráveis e 07 contrários e uma abstenção, no Grande Expediente passo a palavra para o Senhor Antônio Eclésio Modesto Lima, que vai falar sobre os aumentos abusivos do IDOMED no curso de medicina em Juazeiro do Norte, com a palavra o Senhor Antônio Eclésio, Senhor Presidente, nobres vereadores e vereadoras, uma boa tarde a todos. Em nome do Centro Acadêmico da Idomed Juazeiro do Norte e de todo o corpo discente, saúdo os presentes nesta Casa. Subo hoje a esta tribuna não apenas como estudante de Medicina do campus Juazeiro do Norte, mas também como cidadão que acredita no papel social da educação e no poder público como guardião da justiça e do equilíbrio entre a sociedade e as instituições. O assunto que trago ultrapassa os muros da universidade. Ele ameaça sonhos de famílias juazeirenses e de toda a região do Cariri. O aumento abusivo das mensalidades, que vimos sofrendo nos últimos anos, tem colocado em xeque o nosso futuro. Será que conseguiremos concluir nossa formação médica? Será que poderemos contribuir para o bem da sociedade por meio da profissão que escolhemos? Essa é a dúvida que paira entre nós. Em 2023, quando ingressei na faculdade, os calouros pagavam R\$ 10.500 de mensalidade. A minha turma iniciou já com reajuste, pagando R\$ 11.700. Poucos meses depois, os veteranos também passaram a pagar esse mesmo valor. No final daquele ano, houve novo reajuste — o primeiro que vivenciei —, e desde então todos os aumentos aplicados superaram os índices oficiais como IPCA e INPC. Sempre buscamos diálogo com a direção nacional, pois nada se resolve aqui em Juazeiro do Norte; todas as decisões são tomadas no Rio de Janeiro, o que dificulta nossa interlocução. Em todos os anos ouvimos a mesma resposta: “Ainda não está nada definido, aguardem.” Essa postura enfraquecia nosso movimento estudantil. Quando entrávamos em período de férias, a instituição publicava o reajuste, e não havia mais tempo de reagir. Restava apenas pagar. Desta vez, no entanto, decidimos agir de forma diferente. Arregaçamos as mangas, fomos atrás de apoio e é por isso que estamos aqui hoje, buscando o respaldo dos senhores vereadores e desta Casa Legislativa, para que nos ajudem a lutar por justiça. Segundo

4

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177
351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:04790177351



documento oficial da instituição, a mensalidade dos novos calouros, que ingressarão em 2026, será de R\$ 14.715,00. Comparando com o valor de 2023, isso representa um aumento de aproximadamente 40% em apenas três anos. Pergunto: qual salário teve aumento de 40% nesse mesmo período? Nenhuma justificativa a faculdade apresentar tamanha elevação de valores? Práticas como essa tornam o ensino médico inviável. Como os pais de família conseguirão arcar mensalmente com esse custo? A medicina, assim, torna-se cada vez mais elitista, acessível apenas a quem pode pagar. E, paradoxalmente, muitos desses estudantes acabam nas universidades públicas, por terem tido acesso a escolas de qualidade e cursinhos preparatórios. Hoje, a Idomed Juazeiro do Norte cobra uma das maiores mensalidades de medicina do Nordeste e do Brasil, o que é completamente incompatível com a realidade econômica da população caririense. Além disso, a faculdade não oferece infraestrutura à altura do valor cobrado. O campus carece de estacionamento adequado muitos veículos ficam em locais improvisados, em meio à terra, a segurança é precária, e professores altamente qualificados têm deixado a instituição por falta de valorização salarial. Diante disso, questionamos: para onde está indo o dinheiro das mensalidades? Se não há investimento suficiente em estrutura, nem em pessoal docente, qual o destino desses recursos? É inaceitável pagarmos valores tão altos sem a devida contrapartida. Se permanecermos calados, enfrentaremos ainda mais reajustes — e, ao final do curso, talvez estejamos pagando mais de R\$ 20 mil. Isso tornará impossível a permanência de muitos estudantes. Que tipo de profissional a instituição pretende formar? Um médico comprometido com a sociedade ou alguém pressionado a buscar retorno financeiro imediato, tornando-se refém do sistema que o formou? A faculdade precisa buscar equilíbrio entre o valor cobrado, a qualidade do ensino e o perfil de profissional que pretende formar. Essa é a essência da nossa luta. Já nos mobilizamos nas redes sociais, dialogamos com a imprensa e hoje buscamos fortalecer o movimento por meio do apoio desta Casa. Observando instituições próximas, percebemos que há faculdades com melhor infraestrutura e campos de estágio mais consolidados cobrando mensalidades bem menores. No próprio grupo IDOMED, em outros campi, as mensalidades são mais acessíveis — algumas variam entre R\$ 10 mil e R\$ 12 mil, dependendo do pagamento antecipado. Então, por que Juazeiro do Norte precisa pagar quase R\$ 15 mil? A instituição deveria, conforme determina a legislação, apresentar planilhas detalhadas justificando os reajustes, com pelo menos 45 dias de antecedência. No entanto, as planilhas fornecidas são genéricas, desorganizadas e misturam informações de cursos distintos. Na prática, existe clara separação entre o curso de Medicina e os demais cursos da instituição mas, quando se trata da questão financeira, essa distinção desaparece. A impressão é de que o curso de Medicina subsidia os outros, o que é injusto. O que pedimos é simples: transparência, clareza e justiça. Não é pedir demais — é o mínimo que se espera de uma instituição de ensino. O Ministro da Educação, Camilo Santana, já declarou publicamente seu espanto com a discrepância entre mensalidades de cursos de Medicina que variam de R\$ 8 mil a R\$ 15 mil. Também gostaríamos de entender o motivo. Recentemente, reunimo-nos com representantes da instituição. Mais uma vez,

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:047901
77351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:04790177351



ouvimos que “o aumento não passará de 5%”. Mas um aumento de 5% sobre uma base de R\$ 15 mil é muito diferente de 5% sobre R\$ 8 mil. Além disso, nossos reajustes anuais sempre superam os índices inflacionários. Por isso, solicitamos que esta Casa Legislativa cobre da faculdade maior transparência e busque formas de promover um diálogo que garanta reajustes justos e condizentes com a realidade local. O ensino superior não pode ser privilégio ele deve ser instrumento de transformação social. Em seguida em aparte sobre o tema se manifestaram os Vereadores, Boaz do Bolsonaro, Boa tarde, Sr. Presidente. Primeiramente, gostaria de saudar a presença do acadêmico Eclésio e de toda a turma de Medicina que se encontra aqui no plenário. Sr. Presidente, reitero basicamente o que disse no pequeno expediente: os acadêmicos de Medicina da IDOMED estão atualmente sendo vítimas de um verdadeiro “assalto legalizado”. A instituição anunciou um reajuste que pode elevar a mensalidade para cerca de R\$ 15.000,00 em 2026, apesar de sua estrutura atual ser precária e desatualizada. Para termos uma perspectiva comparativa, temos universidades como a Unifor e a Universidade de Cajazeiras cobrando, em média, R\$ 9.000,00 por mês, oferecendo estruturas modernas e adequadas. A realidade da IDOMED, por outro lado, não corresponde ao valor cobrado, gerando um impacto financeiro significativo para os estudantes. É importante frisar que os médicos recém-formados enfrentam dificuldades para conseguir empregos compatíveis com os valores investidos durante o curso. Salários médios nos PSFs giram em torno de R\$ 10.000,00, tornando inviável a quitação de empréstimos estudantis ou o retorno do investimento feito na graduação. A situação é ainda mais grave quando observamos a quantidade de alunos por sala de aula, que chega a 80 em algumas turmas, obrigando os professores a utilizarem microfones para ministrar aulas. Atualmente, a IDOMED conta com cerca de 700 alunos, o que, multiplicado pelo valor da mensalidade, representa aproximadamente R\$ 10 milhões por mês destinados aos sócios e acionistas, enquanto professores e servidores enfrentam baixos salários e falta de valorização. Diante desse cenário, proponho os seguintes encaminhamentos: Que o diretor local, Sr. Rodrigo Mouzinho, encaminhe à direção nacional da IDOMED a solicitação de suspensão de qualquer aumento das mensalidades para 2026. Que seja apresentada a planilha de custos da universidade a esta Casa Legislativa, para que possamos compreender a justificativa dos reajustes anuais. Que seja encaminhada denúncia formal ao Ministério Público, seja por meio de ação civil pública ou requerimento, para que o órgão, no exercício do seu poder investigativo, apure o aumento abusivo das mensalidades e tome as medidas cabíveis. Por fim, deixo uma mensagem à turma de Medicina: não desistam de lutar. Pressão é a única forma de garantir que os direitos sejam respeitados. A concorrência é limitada na região, e é essencial que os alunos estejam atentos e unidos para evitar que se tornem reféns de uma instituição que prioriza o lucro em detrimento da qualidade e da valorização de seus profissionais. Muito obrigado, Sr. Presidente. O Vereador Raimundo Júnior, Quero, antes de mais nada, parabenizar o estudante Eclésio, do Centro Acadêmico. Sabemos da importância do Centro Acadêmico, não apenas nas universidades públicas, mas também nas particulares. Reconhecemos o esforço de vocês em conciliar os estudos com a luta coletiva, participando

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:047901
77351

Assinado de forma digital
por FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177351



ativamente das questões que afetam toda a comunidade acadêmica. Senhor Presidente, é perceptível o quanto a faculdade tenta, muitas vezes, mascarar informações ou minimizar questões importantes. Nesse sentido, já houve um pequeno ganho graças à atuação do Centro Acadêmico: pela primeira vez, os estudantes têm conhecimento do valor do aumento futuro das mensalidades, após diversas cobranças feitas por vocês. Agora, pelo menos, vocês sabem exatamente quanto vão pagar no próximo ano. No entanto, como o vereador Boaz já ressaltou, esta Casa possui instrumentos que podem contribuir com essa luta. Temos o Balcão da Cidadania, o convênio com o PROCON e o apoio do Governo do Estado. Acredito que podemos fornecer estrutura jurídica e apoio dos advogados da Câmara para ajudar em ações coletivas, denúncias e demais medidas legais necessárias. Esta Casa estará à disposição dessa luta de vocês, que é extremamente importante. Não é apenas pela classe médica ou pelos estudantes de medicina, mas pelo fortalecimento da valorização estudantil e pelo reconhecimento do direito de vocês. Podemos, juntos, utilizar as informações já obtidas para colher mais dados e buscar um ajuste justo e adequado às circunstâncias atuais. Muito obrigado pela presença de todos e contem com o apoio desta Casa, da Presidência e de todos os vereadores. O Vereador Capitão Vieira, Presidente, começo minha fala cumprimentando o ex-vereador Damian e solicitando que seja extraído da ata desta sessão e encaminhado ao ministro Camilo Santana, para que ele tome conhecimento dos aumentos abusivos aplicados por essa instituição de ensino. Recordo-me de uma oportunidade em que analisei o contrato de participação do município com essa instituição. É importante frisar que, a partir do nono semestre, os alunos entram na fase de estágio, sendo alocados nas unidades de saúde do município, sem qualquer custo para o município. Por exemplo: Obstetrícia: Hospital São Lucas sem pagamento; Pediatria: Hospital Maria Amélia — sem pagamento; Emergência: UPA — sem pagamento; Saúde da Família: PSFs — sem pagamento; Especialização: Hospital Estefânia — sem pagamento; Cirurgia: Hospital Regional — pagos apenas os procedimentos cirúrgicos, mas o acompanhamento de urgência e emergência não é pago. Portanto, presidente, a instituição praticamente não possui hospital próprio, apenas um ambulatório que atende parcialmente, enquanto utiliza integralmente a estrutura do município e do estado. Além disso, para ter aprovação junto ao MEC, a faculdade depende desses convênios com o município, utilizando suas unidades para comprovar a oferta prática do curso. É justo, então, que haja uma contrapartida da instituição, contribuindo com essas unidades de saúde, considerando que recebe mensalidades superiores a R\$ 15 mil — valor absurdo e impossível para grande parte dos estudantes. Outro ponto relevante: professores e coordenadores da faculdade são, em muitos casos, funcionários do município. Eles utilizam cargos e equipamentos públicos para ministrar aulas e coordenar estágios, recebendo salário da faculdade além do vencimento municipal. Diante disso, presidente, é urgente que se promova uma discussão formal, envolvendo a direção da faculdade, a Câmara de Vereadores, o prefeito municipal e a Secretaria de Saúde, para revisar esses convênios e impedir aumentos arbitrários das mensalidades. Já vivenciei situações semelhantes na gestão passada, quando representantes da faculdade buscaram o prefeito para assinatura de

FELIPE MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:0479 0177351
Assinado de forma digital por FELIPE MIKAEL VASQUES MONTEIRO:0479017 7351



convênios, demonstrando claramente a dependência da instituição das unidades de saúde do município para manter o curso em funcionamento. Essa é a minha contribuição, presidente, feita com propriedade e visando defender os interesses do município e dos estudantes. A Professora PG, Gostaria de cumprimentar os estudantes da IDOMED, em especial a Davidiane e a Carol, com quem tenho uma amizade que vai além do curso. Quero parabenizar o estudante que hoje está na tribuna representando seus colegas pela coragem e determinação. Vocês trazem para esta Casa uma perspectiva de caráter e responsabilidade que certamente carregarão para a profissão de medicina, e isso é de extrema importância. Este é um momento que contribui para a formação profissional de vocês e para a trajetória de cada estudante que representa o grupo aqui presente, incluindo aqueles que, por algum motivo, não puderam estar aqui hoje. Enquanto presidente da Comissão de Educação, coloco-me à disposição para que possamos, juntos, nos reunir com os entes necessários — seja a direção da universidade, o prefeito municipal ou o presidente da Câmara para verificar de forma concreta o que está acontecendo. Quero reforçar uma fala do vereador Boaz sobre a importância de ser combativo. Este é, de fato, um momento de luta. Recuar não é uma opção. Vocês mencionaram que, por vários anos, esta discussão foi deixada de lado; não a deixem de lado agora. Vocês estão traçando uma trajetória na história do curso de medicina, e outros estudantes, no futuro, poderão se beneficiar dessa conquista que vocês iniciaram. Enquanto professora e ex-secretária de Educação, e com uma relação próxima à instituição, quero destacar que o curso de medicina contribui de maneira fundamental para que a IDOMED seja o que é hoje. A instituição é feita pelos estudantes; sem vocês, a IDOMED não existe. Portanto, é essencial que a instituição esteja aberta ao diálogo e disposta a negociar de forma justa e transparente. Coloco-me à disposição para ampliar esse poder de negociação e de combate. Sugiro também que utilizem todos os meios de comunicação possíveis, rádios locais e jornais de alcance estadual para que a luta de vocês seja visível, legítima e bem fundamentada. Lembrem-se: vocês estão pedindo apenas aquilo que é justo e que já foi claramente justificado em suas falas. Obrigada pela presença de vocês nesta Casa e contem com meu apoio. O Vereador Alexandre Sobreira parabenizou o estudante Eclésio, pela presença na Casa Legislativa juntamente com seus colegas, destacando que todos se sintam acolhidos pelos membros do Parlamento Municipal. Afirmou acreditar que, pelas falas já proferidas, os estudantes perceberam o sentimento de acolhimento e respeito existente no plenário. O parlamentar reconheceu que a luta dos acadêmicos é justíssima e declarou ter se sensibilizado profundamente com a fala do estudante, acreditando que a população de Juazeiro do Norte, que acompanhava a sessão, também se sensibilizava diante da situação exposta. O vereador refletiu sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos, tanto pela complexidade dos conteúdos quanto pelo alto valor das mensalidades, ressaltando que até mesmo pessoas com melhores condições financeiras sentiriam o peso de uma despesa dessa natureza. Acrescentou que todos os estudantes presentes têm histórias de superação e que, se fosse possível ouvir o relato de cada um, certamente daria um livro, reiterando sua convicção de que Deus está no controle de todas as coisas. O Vereador Alexandre Sobreira

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:0479
0177351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:04790177
351



destacou ter ficado particularmente tocado quando o estudante questionou que tipo de profissional e de médico uma instituição como aquela pretende formar, ao agir de maneira exploratória. Manifestou preocupação com a situação e observou que, embora as empresas precisem de lucros e a legislação assegure a livre concorrência, é necessário haver coerência nas práticas adotadas. Dessa forma, somou sua voz à dos demais parlamentares para repudiar o aumento abusivo praticado pela instituição de ensino, reafirmando seu compromisso em buscar uma solução para o problema. O vereador também louvou a iniciativa do Vereador Capitão Vieira e, por manter diálogo próximo com a gestão municipal, convidou o Líder do Prefeito, Vereador Rafael Cearense, para que seja articulada uma ação conjunta com o objetivo de encontrar uma resposta positiva às reivindicações dos estudantes. Por fim, o parlamentar parabenizou novamente os acadêmicos pela coragem de comparecerem à Câmara Municipal, enfrentando o sistema em defesa de uma causa justa, afirmando acreditar que todos sairão vitoriosos nessa luta. O Vereador Lukão, "Senhora Presidente, com o reajuste, a mensalidade passará a custar R\$ 14,8 mil, representando um aumento de 20%. Se analisarmos os índices inflacionários, observamos que a inflação anual está entre 4% e 5%, e o aumento salarial médio também não ultrapassou essa faixa percentual. Portanto, se compararmos os custos a nível nacional, estadual e municipal, especialmente no que diz respeito aos impostos nenhum deles tendo ultrapassado 10% de reajuste em qualquer esfera, reunirmos todas essas informações em uma tabela, perceberemos que o total não alcançaria sequer metade dessa porcentagem imposta pela instituição. Falando de forma técnica, a Lei nº 9.870/1999 estabelece de maneira clara que o reajuste das mensalidades escolares só pode ocorrer uma vez ao ano e que, obrigatoriamente, esse reajuste deve ser totalmente justificado em planilha detalhada. Assim, a faculdade deve comprovar, de forma transparente, os gastos por aluno e justificar o aumento com base em despesas efetivamente realizadas, como aumento de impostos, novas contratações ou investimentos já executados, não sendo aceitáveis justificativas baseadas em promessas futuras, uma vez que se trata de uma instituição privada, sujeita à legislação vigente. Hoje, conforme os alunos nos informaram, não existem esses detalhamentos. Não há justificativas técnicas, nem dados que comprovem aumento de custos que sustentem um reajuste de 20%. E eu pergunto, de forma direta: existem investimentos feitos pela faculdade que justifiquem um aumento de 20% na mensalidade de vocês? A resposta, como sabemos, é não. Diante disso, fica evidente que a instituição está praticando um aumento abusivo. Por essa razão, requeiro que esta ata, contendo as falas de todos os vereadores e do nosso convidado, seja encaminhada ao Ministério da Educação (MEC), ao PROCON e ao Ministério Público, para que sejam tomadas as devidas providências e iniciadas as investigações sobre as práticas da faculdade. Que a instituição seja penalizada não apenas pelo aumento abusivo deste ano, mas também obrigada a apresentar o detalhamento dos reajustes aplicados nos anos anteriores, a fim de apurar eventuais práticas reiteradas de abuso. A faculdade precisa compreender que não pode agir de forma arbitrária, pois está lidando com seres humanos, com direitos, deveres e responsabilidades. Independentemente da condição financeira de

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177
351

Assinado de forma digital
por FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177351



cada aluno, a lei deve ser respeitada igualmente por todos. O que foi apresentado nesta sessão, pelos relatos dos convidados e pelos depoimentos dos demais vereadores — inclusive alguns que possuem familiares matriculados na instituição —, demonstra claramente a ocorrência de abuso. A Comissão de Educação desta Casa já manifestou seu compromisso de atuar firmemente no caso, cobrando explicações formais da faculdade. Deste modo, afirmo que iremos acionar o PROCON, enviar a documentação ao MEC e, principalmente, levar todas as provas ao Ministério Público, demonstrando que há indícios concretos de práticas abusivas contra os estudantes. Podem contar com este vereador, que estará ao lado dos alunos nessa luta por justiça, transparência e respeito à lei.” O Vereador Cleílson Móveis, fez uso da palavra para complementar sua fala, destacando que não se trata apenas do desejo de cursar Medicina, mas da vocação e do amor pela profissão. Ressaltou que, em qualquer cidade, o que mais se percebe é a carência na área da saúde, uma necessidade constante e sentida pela população. O parlamentar afirmou ser lamentável ver futuros profissionais com essa vocação e vontade de servir sendo impedidos de seguir seus estudos em razão de um valor abusivo de mensalidade, enfatizando que deveria ocorrer o contrário, o oferecimento de apoio e incentivo àqueles que desejam estudar para prestar um bom atendimento à sociedade. Acrescentou que muitas crianças sonham desde pequenas em um dia poder dizer que serão doutoras, mas que, diante de situações como essa, esse sonho se torna cada vez mais distante, classificando tal realidade como um verdadeiro absurdo. O vereador parabenizou os estudantes pela união e pela presença na Casa Legislativa, afirmando que o movimento possui grande alcance e importância. Demonstrou confiança de que a mobilização valerá a pena e que o aumento não será concretizado. Por fim, o orador reiterou que os estudantes podem contar com a Câmara Municipal, que é a Casa do Povo, destinada à defesa das pessoas e das causas justas. Concluiu expressando sua admiração e confiança de que todos se tornarão excelentes profissionais no futuro, finalizando com votos de parabéns aos presentes. Em seguida, fez uso da palavra o vereador Barbosa Neto, que iniciou saudando todos os estudantes da IDOMED presentes no plenário, destacando a importância da mobilização estudantil diante da situação enfrentada. O parlamentar ressaltou que “não podemos nos calar, não podemos aceitar e achar que as coisas são normais; temos que reivindicar”, reafirmando seu apoio à luta dos alunos. O vereador mencionou a presença de diversos estudantes, entre eles Fernandinha, Davidiane, Carol, Gabi, Dâmian e Eclésio, e destacou que, enquanto ouvia os pronunciamentos, já refletia sobre a gravidade da situação e a necessidade de se buscar soluções concretas. Observou que, como homem público, é preciso pensar sempre em todos os cenários, inclusive os mais adversos, e buscar estratégias de reação. Acrescentou que, caso não haja diálogo por parte da instituição, uma alternativa extrema seria a união dos estudantes para suspenderem as matrículas, a fim de evidenciar a insustentabilidade da situação. No entanto, reforçou que sua defesa é pelo diálogo e pela busca de entendimento. O vereador propôs que a Presidência da Câmara promova uma visita oficial à instituição, com a presença do maior número possível de vereadores, para dialogar diretamente com a direção e solicitar esclarecimentos sobre o aumento abusivo das

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:047901773
51

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:04790177351



mensalidades. Informou, ainda, que já havia encaminhado mensagens ao Ministro Camilo Santana e à Secretaria do MEC, solicitando atenção ao caso, e sugeriu que a ata da sessão fosse enviada ao Ministério Público. Por fim, manifestou sua indignação diante dos valores cobrados, próximos a R\$ 15 mil mensais, afirmando que “isso não existe, pois em outras instituições com menos estudantes o valor é menos caro”. Encerrou colocando-se à disposição dos estudantes e da Câmara para contribuir no encaminhamento do diálogo e na busca de soluções, enfatizando a importância do enfrentamento conjunto e do compromisso social do Legislativo municipal. Vereador Vinícius Duarte: Boa noite a todos. Mais uma vez, sejam bem-vindos. É de extrema importância a participação de todos aqui na Câmara Municipal, pois esta Casa pertence à população de Juazeiro do Norte e também àqueles que são impactados pelas ações do município. O vereador manifesta sua disposição em contribuir diante do que já foi mencionado pelos colegas parlamentares, reafirmando a total disponibilidade para a construção de pontes de negociação que possam resultar na redução dos valores atualmente cobrados, os quais considera excessivos. Destaca que estão em pauta profissionais que estão prestes a se tornar médicos, os quais, no futuro, estarão diretamente comprometidos com a saúde da população, sobretudo daqueles que mais necessitam. O vereador coloca-se à disposição para, dentro de suas possibilidades, contribuir para o diálogo com a instituição, oferecendo apoio, orientação e, se necessário, assessoramento jurídico, a fim de agregar valor à trajetória acadêmica de cada estudante. Ressalta que esta Câmara e seu mandato estão disponíveis para apoiar o processo de comunicação e negociação, com o objetivo de viabilizar a realização do sonho dos estudantes, bem como de seus familiares e amigos, que é garantir a formação acadêmica pela qual tanto se dedicam e investem. Encerrando sua manifestação, o vereador deseja que, com fé e diálogo, seja possível, se Deus quiser, resolver a situação em questão. O Vereador Rafael Cearense fez uso da palavra para saudar os estudantes de Medicina presentes, em especial Eclésio, e manifestar indignação diante das informações trazidas sobre os valores das mensalidades cobradas pela instituição de ensino IDOMED. O vereador declarou que, após ouvir as falas anteriores, passou a pesquisar a situação e constatou que a faculdade participa de inaugurações e reformas de unidades de saúde (PSFs, SAME, SAMU, Regional) que recebem investimento e estrutura do município e do estado, sem, segundo ele, oferecer contrapartidas proporcionais. Rafael ressaltou que a Casa representa o povo de Juazeiro do Norte e que os vereadores, eleitos pelo povo, têm a responsabilidade de dialogar, fiscalizar e, quando necessário, legislar em defesa da população. Afirmou que é essencial envolver o prefeito municipal e o secretário de Saúde nas conversações para que se avalie o que pode ser feito em benefício dos estudantes e munícipes. O parlamentar destacou a discrepância entre a utilização de recursos e estruturas públicas pela instituição e a cobrança de mensalidades elevadas — citando o exemplo de mensalidades que podem chegar a valores em torno de R\$ 15.000 — e considerou isso injusto para a população local. Declarou ainda que, mesmo sendo líder do governo, se posiciona em defesa do que é justo e disse estar disposto a somar esforços com os demais vereadores, independente de alinhamentos políticos, para adotar medidas que

4

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177
351

Assinado de forma digital
por FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177351



protejam os munícipes de práticas consideradas abusivas. Concluiu afirmando que, caso a instituição não ajuste sua postura, a Câmara Municipal utilizará seus mecanismos — inclusive a elaboração de instrumentos legais — para aplicar medidas que desencorajem cobrança de valores considerados excessivos e exijam contrapartidas concretas por parte das instituições que utilizam a estrutura pública. A Vereadora Jacqueline Gouveia, saudou todos os presentes, em especial os estudantes de Medicina, destacando a dificuldade de conquistar um sonho tão nobre quanto o de salvar vidas, considerando os altos custos das mensalidades. A Vereadora mencionou que, há cerca de seis meses, o Ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou, em matéria publicada no G1, que defende a regulação das mensalidades cobradas pelas faculdades privadas no Brasil, por meio da criação de um novo instituto no MEC, destacando que algumas instituições de Medicina chegam a cobrar valores entre R\$ 8.000,00 e R\$ 15.000,00. A edil questionou o Vereador Barbosa, considerando seu contato com autoridades do governo federal, sobre os resultados dessa iniciativa do Ministro em relação à regulação das mensalidades. Ressaltou que, diante da realidade socioeconômica do país, tais valores são excessivos e injustos. Por fim, o Vereador manifestou seu apoio à luta dos estudantes, considerando imoral o valor das mensalidades cobradas, e conclamou a união da Casa Legislativa para apoiar as reivindicações dos acadêmicos. Vereadora Ivaniza: Boa tarde novamente a todos. Gostaria de dizer que me sinto muito contemplada nas palavras dos colegas que me antecederam. O Capitão Vieira fez uma explanação excelente, pontuando todos os órgãos do município que recebem estudantes para realização de estágio. Antes de estar vereadora, eu atuava como agente de saúde no Baixo São Miguel, sou integrando o PSF 4066. No meu PSF, temos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem em estágio, e realmente não há contrapartida financeira para esses profissionais. Como o vereador Rafael mencionou, é necessário dificultar tais práticas, pois o valor da mensalidade que está sendo cobrado é um verdadeiro absurdo, fora de todos os limites possíveis. Lucão também fez uma explanação excelente, assim como o vereador Alexandre. Sinto-me, portanto, muito bem contemplada e gostaria de reforçar que a nossa vice-presidente Professora PG, que também preside a Comissão de Educação, estamos ao lado de vocês. Sintam-se acolhidos e prestigiados, pois lutaremos juntos por essa causa obrigada. O Vereador Vandinho Pereira, “Como também membro e vice-presidente da Comissão de Educação, me coloco à disposição dos estudantes e, infelizmente, reconheço que já há uma prática continuada dessa faculdade, não apenas no curso de Medicina — não é um privilégio de vocês, mas de outros cursos ofertados por ela — cujas reclamações são contínuas aqui em Juazeiro do Norte e em outras cidades. Nós escutamos isso cotidianamente. Isso é preocupante, porque entendo, presidente, que há uma relação consumerista; há um contrato em vigor que precisa ser cumprido. Quando há quebra desse contrato, com aumento acima dos índices de inflação, não se quebra apenas um contrato, mas também a expectativa de conclusão de um curso, a realização de um sonho, e isso acarreta prejuízos aos alunos — principalmente danos morais, já reconhecidos de pronto, mas que podem gerar outros tipos de danos. Portanto, me coloco à disposição, enquanto legislador deste município

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177
351

Assinado de forma digital
por FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177351



e amante da educação, para que possamos estabelecer diálogo com a própria universidade, para que ela venha a cumprir os contratos realizados. Cada um dos senhores e senhoras que estão aqui tem uma relação de consumo com essa instituição, e ela não pode tratar seus clientes dessa forma. E, como já foi dito pelo vereador Barbosa, cabe às universidades, embora a regulação seja de nível federal e respeitar as normas. Educação não é um artigo de luxo, é um dever do Estado. Mesmo assim, estamos tratando de alguém que possui uma concessão pública e, portanto, precisa seguir regras e normas vigentes. Conte com este vereador e com esta casa para buscarmos respostas claras, e não apenas soluções momentâneas para o problema. Muito obrigado.” O Vereador Lukão solicitou a palavra e afirmou: “Eu queria propor que juntássemos os vereadores junto com a Comissão de Educação para fazermos uma visita à universidade amanhã ou na quinta-feira. Se o senhor, presidente, também puder participar, será importante para reunir o máximo de vereadores possível. O Vereador Boaz do Bolsonaro disse que Já conversou com alguns colegas, e também com o pessoal do curso de Medicina, sobre a visita à universidade. Vou enviar um ofício do meu gabinete, em nome da Casa, convidando todos que queiram participar. Tentarei encaminhar à direção da faculdade, e esperamos levar as Comissões de Fiscalização, Saúde e Educação. Quem puder ir conosco será muito bem-vindo. “A situação é simples: ou a IDOMED facilita a vida dos nossos amigos juazeirenses e caririenses, ou dificulta. Eles estão utilizando a estrutura pública do município para obter lucros elevados, enriquecendo pessoas lá no Rio de Janeiro. Eles terão que escolher se continuarão abusando dos estudantes ou se praticarão um preço justo. Não desejamos que a empresa tenha prejuízo, e certamente ela não tem, mas cobrar uma mensalidade de R\$ 15 mil por mês é inadmissível. Portanto, já enviarei o ofício amanhã à universidade, convidando todos que queiram participar da visita, e todos serão muito bem-vindos.” Em seguida, o Presidente passou a palavra ao convidado da sessão, senhor Eclésio, para suas considerações finais pelo prazo de dois minutos. Eclésio, afirmou que já existem processos antigos relacionados à situação da faculdade, alguns desde 2008, sem respostas efetivas da justiça. Relatou que ações judiciais recentes, inclusive pela vara civil, encontram-se estagnadas, com decisões negativas em primeira e segunda instância. Destacou que a instituição não prioriza a formação dos estudantes, mas sim o lucro, citando que, em negociações, foi dito que “podem trancar, há muitos outros que querem entrar”. Convidou os vereadores a visitarem a faculdade acompanhados de alunos, para conhecerem a realidade sem possíveis encobrimentos, e apontou problemas estruturais, organizacionais e acadêmicos que tornam injustificáveis os recentes aumentos de mensalidades. Agradeceu o espaço e o apoio da Câmara, reforçando a disposição dos estudantes em colaborar e lutar pela justiça em benefício dos juazeirenses e moradores da região do Cariri. Vereador Capitão: Senhor Presidente, primeiramente, gostaria de destacar o absurdo praticado por esta instituição de ensino. Em janeiro de 2022, a mensalidade era de R\$ 9.700,00. Agora, em janeiro de 2026, após quatro anos, a mensalidade sobe para R\$ 14.800,00, um aumento de 50%, muito acima do índice inflacionário e de qualquer parâmetro razoável. Trata-se de uma prática abusiva. Acredito, senhor Presidente, que o Ministério da

4

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:0479017
7351

Assinado de forma digital
por FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177351



Educação (MEC) precisa ser informado sobre essa situação e tomar providências imediatas. Esta Casa também deve buscar mecanismos legais para coibir tais abusos. Essa faculdade, do grupo IDOMED e da FMJ, se beneficia enormemente, utilizando todos os equipamentos do município e do estado para os estágios dos alunos sem qualquer pagamento. Se fizermos uma conta aproximada, considerando 12 semestres, 50 alunos por semestre (ou 60, para efeito de cálculo), teremos cerca de 840 alunos, cada um pagando mensalidades próximas de R\$ 15.000,00. É um abuso desenfreado. Além disso, a instituição aceita apenas um tipo de financiamento. Caso o aluno não consiga pagar, o único banco disponível é o Itaú, o que cria um novo obstáculo, com juros elevados, deixando as famílias em situações extremamente difíceis. Muitos vendem bens ou recorrem a empréstimos para conseguir manter os filhos na faculdade. Portanto, senhor Presidente, é urgente que o Poder Legislativo tome medidas legais para coibir esses aumentos abusivos, notificando formalmente o MEC e buscando formas de proteger os estudantes e suas famílias diante desse abuso. O vereador Presidente, Felipe Vasques, agradeceu a presença do senhor Eclésio e de todos os estudantes presentes na galeria, destacando a importância da luta deles contra reajustes abusivos de mensalidade em instituições de ensino. Ressaltou que os alunos já enfrentam desafios imensos na formação médica e que, ainda assim, precisam lidar com instituições fortes, jurídica e financeiramente, em uma luta desigual. O vereador enfatizou que o Direito do Consumidor existe para equilibrar essa relação, proibindo reajustes abusivos e práticas como vendas casadas, caso se confirme a obrigatoriedade de financiamento pelo Banco Itaú. Colocou-se à disposição dos estudantes e afirmou que a Câmara Municipal estará junto na busca de soluções, seja por meio de representação ao Ministério Público, ao Judiciário ou regulamentações necessárias. Finalizou reforçando que o objetivo imediato é impedir reajustes neste ano e buscar compensações pelos aumentos abusivos anteriores, destacando que o resultado positivo beneficiará toda a sociedade, com médicos mais capacitados e humanos para atender a população de Juazeiro, fique a vontade para continuar ou não assistindo a sessão, passo a palavra para o primeiro secretário chamar por ordem alfabética os Vereadores para uso da palavra, a Vereadora Auricélia Bezerra, “Eu quero também deixar registrado que amanhã, dia 8 de outubro, celebramos o Dia do Nordeste, data que enaltece a força, a cultura e a identidade do nosso povo. Ser nordestino é um motivo de orgulho. É sinônimo de trabalho, coragem, fé e superação. Viva nós, nordestinos! Muito obrigada. Pela palavra, Vereador Barbosa: “ parabenizou a vereadora Ivaniza, como representante desta Casa, de todos os agentes de saúde e endemias, que foi celebrado no dia 4 de outubro. Que seja registrada uma moção de aplausos nesta Casa. Parabéns a todos, em sua pessoa. Em seguida Vereador Presidente Felipe Vasques, aproveitou para dizer a vereadora Auricélia, que todos nós aqui somos sertanejos, e me orgulho muito disso. Tive a oportunidade, por minha mãe e minha família, de estar em diversos locais do país e fora dele. Muitas vezes, sofremos preconceito por ser sertanejo, mas isso não diminui nosso orgulho. O sertanejo é sinônimo de luta, aquele que sofreu com a sede, com a fome, e que venceu. Temos em nossa genética a herança de muitas atribuições passadas pelos antepassados, mas somos o

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:047901
77351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:0479017735
1



sinônimo de resistência e superação. Passo a palavra ao Vereador Lukão, iniciou seu pronunciamento relatando a fiscalização realizada no PSF da Vila Carité e destacou a necessidade de se atuar com amor e compromisso na apresentação de solicitações à Prefeitura de Juazeiro do Norte. Necessidade de vigia e segurança, Desde 2021, a equipe do PSF solicitou a presença de um vigia, devido ao fato de ser formada exclusivamente por mulheres. O vereador enfatizou episódios de risco à equipe, incluindo tentativas de agressão e presença de pessoas embriagadas no local. Reforçou a urgência de atendimento a este pedido para garantir segurança às funcionárias. Estrutura física e equipamentos, O Psf funciona em uma casa que não possui adaptações adequadas, dificultando a prestação de serviços. A vacinação está interrompida há mais de 20 dias por falta de uma pia, cuja instalação é simples e necessária para o funcionamento da sala de vacina. Há necessidade de instalação de um bebedouro, que já existe, mas ainda não foi instalado. Equipamentos odontológicos existem, mas o dentista foi transferido para outro PSF distante, prejudicando o acesso da população local. Equipe reduzida, Dos sete funcionários, quatro estão afastados por licenças médicas, comprometendo o funcionamento normal do PSF. É necessário o reforço temporário de pessoal para manter os serviços em pleno funcionamento. O vereador concluiu seu pronunciamento reforçando que todas essas demandas são simples, não exigem grandes recursos nem emendas parlamentares, mas são essenciais para garantir atendimento adequado à população e segurança à equipe do PSF. O vereador também comentou sobre o aumento de 9,73% na conta de água e esgoto, anunciado para novembro, e criticou a atuação da empresa. Ressaltou que a Cagece realiza cobranças indevidas, falha na prestação de serviços e que grande parte da empresa é composta por indicações políticas. O vereador encerrou reforçando que todas as solicitações apresentadas visam beneficiar a população e a equipe de saúde, não interesses pessoais, e conclamou as autoridades a corrigirem as irregularidades, temos que impedir esse aumento da Cagece, por que pagamos muito caro por um desserviço dessa empresa. Na sequência se pronunciou o Vereador Vandinho Pereira, informou ter tomado conhecimento sobre o início da construção de uma creche em um terreno localizado em frente ao Parque de Vaquejada. Ressaltou a importância da educação e da construção de creches, mas demonstrou preocupação com a escolha do local, por já ser utilizado para práticas esportivas e como estacionamento durante as vaquejadas. Relatou que havia conversado anteriormente com o então, secretário Zé Maria e com o prefeito municipal sobre a busca de outro terreno, destacando que no bairro Campo Alegre existem áreas públicas mais adequadas. Informou ainda que, segundo a secretária de Educação, senhora Carolina Birol, o município estuda a desapropriação de outro terreno para destinar ao estacionamento do parque. Concluiu afirmando que continuará acompanhando o caso, por considerar a vaquejada uma tradição importante para Juazeiro do Norte. O edil também registrou o falecimento da Senhora Socorre Martins, solicitou o envio de Ofício de condolências aos familiares, o edil ainda foi aparteado pelo o Vereador Rafael Cearense, sobre o tema e a Vereadora Professora PG, em seguida fez uso da palavra a Vereadora Rita Monteiro solicitou ao presidente da Câmara que realize, junto à Mesa



Diretora, um estudo jurídico para viabilizar a aplicação dos R\$ 5 milhões que serão devolvidos à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. A parlamentar sugeriu que o valor seja destinado à área da saúde, especialmente para a aquisição de ambulâncias, tendo em vista o estado precário da frota municipal, e também para o atendimento de crianças atípicas, que enfrentam falta de assistência. Pediu, ainda, que o pedido fosse analisado com atenção e sensibilidade. Dando continuidade aos trabalhos se pronunciou pela liderança do prefeito o Vereador Rafael Cearense, iniciou sua fala em tom descontraído, dirigindo-se ao colega vereador Lucão, ressaltando o espírito esportivo entre ambos. Em seguida, destacou a importância de se conduzir os debates sobre saúde, educação, cultura e esporte com seriedade e respeito, evitando ironias e reconhecendo o empenho da gestão municipal. Enfatizou que, em muitos casos, as dificuldades na execução de obras e serviços não decorrem de falta de vontade administrativa, mas de limitações financeiras e entraves operacionais. O parlamentar citou como exemplo situações enfrentadas pela própria Câmara Municipal, como reparos em banheiros e iluminação que não foram realizados devido à ausência de empresas interessadas na execução dos serviços. Relatou que problema semelhante ocorre na administração municipal, mencionando os Postos de Saúde da Família (PSFs), onde, apesar dos esforços, algumas licitações para manutenção e instalação de bebedouros restaram desertas. Destacou ainda que, mesmo diante de tais obstáculos, o Município de Juazeiro do Norte tem mantido esforços para melhorar a saúde pública, destinando mais de 30% do orçamento municipal à área. Pontuou que, segundo dados do Ministério da Saúde, Juazeiro do Norte continua sendo referência regional, mesmo com as dificuldades financeiras enfrentadas. Finalizou afirmando que as críticas devem ser realizadas com responsabilidade, valorizando o trabalho sério e honesto de todos os que se dedicam à promoção da saúde e ao bem-estar da população. Em aparte sobre tema levantado pelo o Vereador Rafael se pronunciou o Vereador Alexandre Sobreira, em seguida se pronunciou pelo o tempo regimental o Vereador Lukão, falou da dificuldade em obter documentos junto à Secretaria de Saúde do Município, ressaltando que a solicitação não envolvia qualquer custo financeiro, apenas a entrega de informações necessárias para colaborar na busca de soluções jurídicas relacionadas aos problemas das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) de Juazeiro do Norte. Segundo o vereador, mesmo após reiteradas tentativas e pedidos formais, inclusive feitos de forma respeitosa e cordial, o secretário responsável afirmou que não repassaria os documentos solicitados. O edil criticou a postura de alguns gestores, observando que as demandas apresentadas pelos vereadores não configuram favores, mas deveres administrativos, cujo cumprimento é obrigação de quem ocupa cargos públicos. O vereador destacou que o tratamento dispensado aos parlamentares muitas vezes é marcado por descaso, ironizando a ideia de que é preciso "pedir com carinho" para que as solicitações sejam atendidas. Ressaltou que os servidores e secretários municipais são remunerados com recursos públicos e que o atendimento às demandas da população não é ato de benevolência, mas parte de suas atribuições. Prosseguindo, denunciou a precariedade de alguns equipamentos públicos de saúde, relatando que, em recente visita ao PSF, constatou a falta

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:047901
77351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:04790177351



até de água para os usuários, além de problemas estruturais em outros setores, como a farmácia de alto custo, que mesmo após reforma não dispõe de banheiros adequados para servidores e pacientes. O vereador ainda apresentou dados oficiais da prestação de contas da Secretaria de Saúde, evidenciando que, segundo planilha apresentada pelo próprio secretário, não foram distribuídas cadeiras de rodas, óculos ou realizados exames de referência no período informado, constando todos os itens com valor "zero". Encerrando sua fala, o parlamentar reafirmou que continuará exercendo seu papel fiscalizador, defendendo que a função pública exige responsabilidade, e que o cumprimento das obrigações de gestão não deve ser tratado como favor, mas como dever essencial à administração pública e ao respeito à população juazeirense. Em seguida o Vereador Rafael Cearense, disse que o Vereador Lukão está no seu papel de fiscalizar só pediu que vossa excelência tivesse responsabilidade na forma que falar com a outra pessoa que está do outro lado, em aparte se pronunciou o Vereador Vandinho Pereira, pedindo respeito por que respeita a todos no parlamento, portanto vamos melhorar o discurso por que é importante para nossa casa, em aparte ainda se pronunciaram os edis, Rafael Cearense, Lukão, em seguida o Vereador Rafael finalizou sua fala e dando continuidade aos trabalhos se pronunciou o Vereador Vinícius Duarte, parabenizou seu pai pela passagem do seu aniversário natalício, ainda em aparte parabenizando o pai do Vereador pela passagem do aniversário se pronunciaram os Vereadores; Alexandre Sobreira, Cleílson Móveis, Capitão Vieira, Chagas Moura, Rita Monteiro, em seguida o Vereador Vinícius encerrou seu pronunciamento, e dando continuidade o Senhor Presidente autorizou a leitura dos requerimentos por escrito apresentado pelo os Senhores (as) após a conclusão dos mesmos se pronunciou pela explicação pessoal a professora PG, teceu comentários sobre a mensagem de uma pessoa que estava assistindo a Sessão, que tocou seu coração, ainda pela palavra o Vereador Bilinha, O vereador fez uso da palavra para registrar que, nesta data, completam-se exatamente dez anos do falecimento do ex-prefeito, ex-deputado federal e estadual Dr. Mauro Sampaio, destacando sua relevante contribuição ao desenvolvimento e às necessidades do município. Solicitou que o registro conste em nome desta Casa Legislativa. Finalizadas as explicações pessoais, o Presidente solicitou a permanência dos vereadores no plenário, informando que, logo após o encerramento da sessão ordinária, seria realizada uma sessão extraordinária com duração de aproximadamente cinco minutos. Pediu, ainda, que a assessoria procedesse à leitura da matéria que seria objeto da referida sessão. Pela ordem, o Vereador Capitão Vieira solicitou a Vossa Excelência que, na sessão extraordinária, fosse recepcionada a propositura de um Projeto de Decreto Legislativo com o objetivo de suspender os efeitos do decreto do Prefeito Municipal que reduziu o valor do duodécimo da Câmara Municipal. Destacou que a fundamentação jurídica da matéria estava devidamente embasada e que o Regimento Interno da Casa ampara tal iniciativa. Ressaltou, ainda, que, tendo em vista a ausência de sessão na próxima quinta-feira, solicitava a inclusão da matéria na pauta extraordinária para leitura e tramitação. O Presidente registrou, em seguida, dois pontos. O primeiro, referente à citação feita pelo vereador Rafael sobre questões internas da Câmara, especialmente a

9

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:04790177
351

Assinado de forma digital
por FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:0479017735*



manutenção de um dos banheiros da entrada do plenário. Esclareceu que, embora a fala do vereador tenha sido em tom elogioso, era necessário prestar esclarecimentos à Casa e à população. Informou que foi solicitado ao Poder Executivo Municipal o envio de um projeto básico de reestruturação física e administrativa da Câmara, evitando assim gastos desnecessários, visto que o Executivo dispõe de equipe técnica e engenheiros efetivos. O Presidente destacou, ainda, que, embora compreenda as observações do vereador Rafael, é importante diferenciar as dimensões e complexidades das demandas. “Uma coisa é resolver os problemas internos da Câmara, que possui nove banheiros; outra é lidar com os desafios estruturais de 93 escolas e mais de 50 equipamentos de saúde”, afirmou. Comprometeu-se, contudo, a solucionar o problema específico do banheiro em manutenção até a próxima sexta-feira, garantindo o pleno funcionamento de todas as dependências da Casa. Em suas palavras finais, o Presidente agradeceu a presença dos senhores vereadores, servidores, imprensa e cidadãos que acompanharam a sessão presencialmente e pelas redes sociais. Antes do encerramento, determinou à assessoria a leitura das matérias que comporiam a pauta da sessão extraordinária, conforme segue: Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Vereador Capitão Antônio Vieira Neto, que dispõe sobre a sustação dos atos normativos do Chefe do Poder Executivo Municipal, com fundamento nos artigos 194 e 195 do Regimento Interno, recepcionados pelo artigo 49, inciso V, da Constituição Federal, face ao Decreto nº 1.035, de 7 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o repasse do duodécimo alusivo ao exercício de 2025 para a Câmara Municipal de Juazeiro do Norte e dá outras providências, por entender que tal ato exorbita o poder regulamentar e afronta o processo legislativo e o princípio da legalidade. Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora, que altera o texto da Lei Municipal nº 2.433, de 2015, suprimindo o parágrafo terceiro e adotando outras providências. Projeto de Indicação, de autoria do Vereador Chagas Moura, que indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal a criação de brinquedo praças destinadas a crianças de 2 a 12 anos em praças públicas do município de Juazeiro do Norte, com brinquedos seguros, sinalização de responsabilidade parental e observância das normas de segurança aplicáveis.

Em seguida, o Presidente convidou todos os presentes a se colocarem de pé para um minuto de silêncio em sinal de pesar pelo falecimento da Professora Socorro Martins, sendo o requerimento de homenagem póstuma subscrito pelos Vereadores Vandinho, Professora PG, Capitão Vieira e Rita Monteiro. Declaro encerrada a presente Sessão.

CERTIFICO; que os originais da leitura das correspondências, requerimentos, Projetos de lei, Resolução, votações e pronunciamentos se encontram disponível para consultas ou controvérsias em relação a esta no arquivo sonoro desta Casa Legislativa, registrado na íntegra nas redes sociais do Poder Legislativo, O referido é verdade, DOU FÉ. Link de acesso: https://www.youtube.com/channel/UCZFDNq6HLeoAb6_FaWkajcA

FELIPE MIKAEL
VASQUES
MONTEIRO:047901
77351

Assinado de forma
digital por FELIPE
MIKAEL VASQUES
MONTEIRO:0479017735
1



CÂMARA

JUAZEIRO DO NORTE

FELIPE MIKAEL VASQUES

MONTEIRO:04790177351

CNPJ Nº 05.466.164/0001-22

RUA MANOEL PIRES, Nº 471, JOSÉ GERALDO DA CRUZ

TELEFONE (88) 2141-9423

JUAZEIRO DO NORTE - CEARÁ

Assinado de forma digital por FELIPE

MIKAEL VASQUES

MONTEIRO:04790177351

FELIPE MIKAEL VASQUES MONTEIRO

PRESIDENTE CMJN/CE

LUIZ BEZERRA DE SOUSA

2º SECRETÁRIO